

Fenaban sobe para 7,35%, Comando acha pouco e reforça a greve na terça

Na oitava rodada de negociação da Campanha 2014, realizada neste sábado 27 em São Paulo depois de as assembleias massivas em todo o país terem decretado greve por tempo indeterminado a partir da próxima terça-feira 30, a Fenaban apresentou uma nova proposta, que o Comando Nacional dos Bancários já considerou insuficiente, elevando o índice de reajuste de 7% para 7,35% (0,94% de aumento real) para os salários e demais verbas salariais e de 7,5% para 8% (1,55% acima da inflação) para os pisos. Além disso, a proposta ignora completamente as reivindicações sobre emprego, condições de trabalho, principalmente metas abusivas e assédio moral, segurança e igualdade de oportunidades.

"Essa proposta precisa melhorar frente aos lucros dos bancos. Ela continua sendo insuficiente, não somente na parte econômica, mas também porque não traz nada sobre garantia de emprego, combate às metas abusivas e ao assédio moral, segurança bancária e igualdade. Mais uma vez deixamos claro na mesa de negociação de que não faremos acordo sem que sejam contempladas soluções para as metas e o assédio", afirma Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional.

Diante disso, o Comando mantém o calendário aprovado anteriormente e a greve por tempo indeterminado a partir da terça-feira 30 aprovadas pelas assembleias do dia 19. "Nós bancários sabemos que nossa força é a unidade nacional e a nossa capacidade de mobilização. Agora é hora de estreitar essa unidade e intensificar a mobilização, de lotarmos as assembleias da segunda-feira e fazermos uma grande greve para pressionar os bancos a apresentarem uma nova proposta que contemple nossas reivindicações", acrescenta Cordeiro.

Atos em frente ao Banco Central no dia 2

O Comando Nacional também orienta os sindicatos a reforçarem a realização das manifestações em frente à sede e às representações do Banco Central em todo o país na próxima quinta-feira, dia 2 de outubro, para protestar contra as propostas de independência do BC e para defender o fortalecimento do papel dos bancos públicos, dois temas que estão no centro do debate eleitoral e sobre os quais a categoria tem posição histórica definida em seus fóruns nacionais.

Com sede em Brasília, o Banco Central tem representações em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza e Belém.

A independência do BC e a limitação da atuação dos bancos públicos estão explicitados no programa de governo da candidata Marina Silva, coordenado pela herdeira do Itaú, Maria Alice Setúbal, e vêm sendo defendidos pelos principais assessores econômicos de Aécio Neves. São bandeiras dos bancos privados e da Fenaban, que se chocam frontalmente com as posições que os bancários têm defendido historicamente em suas conferências nacionais e nos congressos da Contraf-CUT.

"O Banco Central já desfruta hoje de autonomia excessiva e de aproximação promíscua com o mercado financeiro, a ponto de impor sucessivos aumentos da taxa Selic para satisfazer os bancos e os rentistas, mesmo contra a vontade do governo e da sociedade", critica Carlos Cordeiro. "A independência formal do BC significa entregar a condução da política macroeconômica do país ao mercado financeiro, roubando essa atribuição constitucional dos governos democraticamente eleitos pela população."

Para o Comando, é importante também intensificar a campanha contra a ideia de redução do papel dos bancos públicos e fazer essa discussão com a sociedade. "São abundantes os exemplos recentes da importância das instituições financeiras públicas para o desenvolvimento econômico e social do país", constata Carlos Cordeiro.

A nova proposta econômica dos bancos

Reajuste de 7,35% (0,94% de aumento real).

Piso portaria após 90 dias - 1.240,89 (8% ou 1,55% de aumento real).

Piso escritório após 90 dias - R\$ 1.779,97 (1,55% acima da inflação).

Piso caixa/tesouraria após 90 dias - R\$ 2.403,60 (salário mais gratificação mais outras verbas de caixa), significando 1,55% de aumento real).

PLR regra básica - 90% do salário mais R\$ 1.818,51, limitado a R\$ 9.755,42. Se o total ficar abaixo de 5% do lucro líquido, salta para 2,2 salários, com teto de R\$ 21.461,91.

PLR parcela adicional - 2,2% do lucro líquido dividido linearmente para todos, limitado a R\$ 3.637,02.

Antecipação da PLR

Primeira parcela depositada até dez dias após assinatura da Convenção Coletiva e a segunda até 2 de março de 2015.

Regra básica - 54% do salário mais fixo de R\$ 1.091,11, limitado a R\$ 5.853,25 e ao teto de 12,8% do lucro líquido - o que ocorrer primeiro.

Parcela adicional - 2,2% do lucro líquido do primeiro semestre de 2014, limitado a R\$ 1.818,51.

Auxílio-refeição - R\$ 24,88.

Auxílio-cesta alimentação e 13ª cesta - R\$ 426,60.

Auxílio-creche/babá (filhos até 71 meses) - R\$ 355,02.

Auxílio-creche/babá (filhos até 83 meses) - R\$ 303,70.

Gratificação de compensador de cheques - R\$ 137,97.

Requalificação profissional - R\$ 1.214,00.

Auxílio-funeral - R\$ 814,57.

Indenização por morte ou incapacidade decorrente de assalto - R\$ 121.468,95.

Ajuda deslocamento noturno - R\$ 85,03.

Veja aqui as propostas dos bancos sobre as reivindicações não econômicas, apresentadas pela Fenaban durante as negociações.

Calendário

Setembro

29 - Assembleia para organização da paralisação

30 - Greve nacional por tempo indeterminado

Outubro

1º e 2 - Quarta rodada de negociação específica com o Banrisul

2 - Manifestações em frente aos prédios do Banco Central, em defesa de um BC independente do mercado financeiro.

Fonte: Contraf-CUT